

g) Núcleo de Defesa do Consumidor (NUDECON), da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro;
h) Ministério Público do Consumidor;
i) Associação Brasileira de Defesa do Consumidor (PROTESTE).

§1º Cada Diretoria da ANS, a PROGE e a PRESI indicarão um servidor titular e um suplente.

§2º Cada Instituição elencada nas alíneas do inciso III deste artigo poderá indicar apenas um titular e, desejando, um suplente.

§3º Os suplentes indicados apenas atuarão no Grupo Técnico nas ausências e impedimentos do respectivo titular.

Art. 3º A Diretoria Colegiada da ANS poderá convidar para participar do Grupo Técnico representantes de instituições acadêmicas, servidores de outros órgãos e entidades integrantes da Administração Pública.

Art. 4º Os integrantes convidados na forma do artigo 2º e do artigo 3º serão indicados por meio de expediente subscrito pelos representantes legais das respectivas instituições, dirigido à Diretoria Colegiada da ANS.

Art. 5º O Grupo Técnico poderá propor à Diretoria Colegiada a criação de Comitês com funções específicas relacionadas ao objeto desta portaria.

Art. 6º Os integrantes do Grupo Técnico, indicados por qualquer das formas elencadas nos artigos anteriores, serão designados por portaria do Diretor-Presidente da ANS.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ LONGO ARAÚJO DE MELO
Diretor-Presidente

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANTÁRIA

DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE Em 8 de novembro de 2013

Nº 157 - O Diretor-Presidente Substituto da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no D. O. U. de 1º de abril de 2011, designado Substituto pela Portaria MS/GM nº 537, de 29 de março de 2012, os incisos X e XI do art. 13 do Regulamento da ANVISA aprovado pelo Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, com fundamento no inciso IX do art. 16 da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, no art. 52 e no inciso I do art. 63 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no inciso VI do art. 54 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no D. O. U. de 21 de agosto de 2006, e em conformidade com a Resolução RDC nº 25, de 4 de abril de 2008, não conhece dos recursos a seguir especificados, por intempestividade, determinando a extinção dos recursos sem julgamento do mérito, mantendo os termos da decisão recorrida.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVIERA

ANEXO

EMPRESA: CL COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA.
CNPJ: 13.441.051/0001-09
PROCESSO: 25351.594774/2011-00
EXPEDIENTE: 0732611/13-4
EMPRESA: DROGARIA FÊNIX DE SANTA CRUZ LTDA.
CNPJ: 15.242.893/0001-59
PROCESSO: 25351.281862/2013-05
EXPEDIENTE: 0828623/13-0
EMPRESA: MALWEE MALHAS LTDA.
CNPJ: 84.429.737/0001-14
PROCESSO: 25351.364583/2012-06
EXPEDIENTE: 0377243/13-8
EMPRESA: LOGÍSTICA CENTRO NORTE LTDA.
CNPJ: 10.190.242/0001-49
PROCESSO: 25351.600910/2010-07
EXPEDIENTE: 0768822/13-9
EMPRESA: FARMÁCIA MAIS ECONÔMICA DA PIEDADE LTDA.
CNPJ: 16.900.683/0001-73
PROCESSO: 25351.275181/2013-08
EXPEDIENTE: 0828211/13-1
EMPRESA: PANALPINA LTDA.
CNPJ: 49.728.108/0001-94
PROCESSO: 25351.503419/2013-10
EXPEDIENTE: 0825210/13-6
EMPRESA: SAÚDE 999 COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.-EPP
CNPJ: 14.870.949/0001-57
PROCESSO: 25351.389507/2013-12
EXPEDIENTE: 0783618/13-0
EMPRESA: DROGARIA CATUMBI LTDA.
CNPJ: 17.723.498/0001-13
PROCESSO: 25351.288416/2013-13
EXPEDIENTE: 0828586/13-1
EMPRESA: INDÚSTRIA MISSIATO DE BEBIDAS LTDA.
CNPJ: 02.295.098/0004-20
PROCESSO: 25351.049159/2013-13
EXPEDIENTE: 0780021/13-5
EMPRESA: DROGARIA NOVA JOCKEY LTDA.
CNPJ: 13.304.596/0001-65

PROCESSO: 25351.533134/2011-14
EXPEDIENTE: 0828280/13-3
EMPRESA: D. & C. DENTAL COM. DE PRODUTOS MÉDICO-HOSPITALARES LTDA.-ME
CNPJ: 08.198.040/0001-00
PROCESSO: 25351.562852/2012-16
EXPEDIENTE: 0803536/13-9
EMPRESA: TERRA ATACADO DISTRIBUIDOR LTDA.
CNPJ: 05.813.685/0001-09
PROCESSO: 25351.306313/2012-19
EXPEDIENTE: 0784274/13-1
EMPRESA: EUROQUÍMICA LTDA.
CNPJ: 05.109.565/0001-25
PROCESSO: 25351.050567/2003-29
EXPEDIENTE: 0607683/13-1
EMPRESA: REAÇÃO VITAL FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO LTDA.-ME
CNPJ: 00.331.713/0001-38
PROCESSO: 25351.257879/2013-33
EXPEDIENTE: 0742379/13-9
EMPRESA: ESA LOGÍSTICA LTDA.
CNPJ: 01.179.939/0001-28
PROCESSO: 25351.209388/2007-38
EXPEDIENTE: 0783466/13-7
EMPRESA: W. REGIS COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO COMERCIAL DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA.-ME
CNPJ: 12.706.044/0001-10
PROCESSO: 25351.374111/2013-39
EXPEDIENTE: 0818525/13-5
EMPRESA: AILTON LEVY TRAJANO-ME
CNPJ: 13.908.900/0001-83
PROCESSO: 25351.176546/2002-51
EXPEDIENTE: 0713195/13-0
EMPRESA: VOETUR CARGAS E ENCOMENDAS LTDA.
CNPJ: 24.893.687/0001-08
PROCESSO: 25351.046198/2004-51
EXPEDIENTE: 0830785/13-7
EMPRESA: EMPRESA DE TRANSPORTES ATLAS LTDA.
CNPJ: 60.664.828/0001-76
PROCESSO: 25351.045833/2005-63
EXPEDIENTE: 0760033/13-0
EMPRESA: PHARMACÊUTICA FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO
CNPJ: 08.617.156/0001-28
PROCESSO: 25351.434930/2008-70
EXPEDIENTE: 0773488/13-3
EMPRESA: DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BRASIL MIRACEMA LTDA.
CNPJ: 03.946.428/0001-10
PROCESSO: 25351.191377/2002-80
EXPEDIENTE: 0849828/13-8
EMPRESA: FARMÁCIA FARMA NOSSA DE INHAÚMA LTDA.
CNPJ: 14.063.813/0001-35
PROCESSO: 25351.153508/2013-83
EXPEDIENTE: 0828476/13-8
EMPRESA: RCR - REPRESENTAÇÕES E SERVIÇOS LTDA.
CNPJ: 03.262.073/0001-40
PROCESSO: 25351.398852/2005-90
EXPEDIENTE: 0789155/13-5
EMPRESA: LINE EXPRESS TRANSPORTES E DISTRIBUIÇÃO LTDA.
CNPJ: 07.117.576/0004-25
PROCESSO: 25351.259087/2012-97
EXPEDIENTE: 0746193/13-3
EMPRESA: BRAZIL HEALTH PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.-EPP
CNPJ: 07.990.315/0001-72
PROCESSO: 25024.001414/2008-99
EXPEDIENTE: 0775861/13-8
EMPRESA: SANTEC FABRICAÇÃO E COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA.- EPP
CNPJ: 00.284.702/0001-44
PROCESSO: 25351.286468/2012-99
EXPEDIENTE: 0715103/13-9
EMPRESA: VALESE FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO LTDA.-ME
CNPJ: 04.214.447/0001-14
PROCESSO: 25023.140006/01-81
EXPEDIENTE: 0828776/13-7
EMPRESA: DERMUS FARMÁCIA DERMATOLÓGICA COSMÉTICA LTDA.
CNPJ: 76.362.862/0001-26
PROCESSO: 25024.003719/98-60
EXPEDIENTE: 0677472/13-5

RETIFICAÇÃO

Na Resolução - RE Nº 3.798, de 10 de outubro de 2013, publicada no Diário Oficial da União nº 198, de 11 de outubro de 2013, Seção 1 e pág. 49,
Onde se lê:
"NÚMERO DO PEDIDOPI01131189-3"
Leia-se:
"NÚMERO DO PEDIDOPI01131189-3"

DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO - RE Nº 4.255, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2013

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1 de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.355, de 27 de agosto de 2013, publicada no DOU de 28 de agosto de 2013;

considerando o art. 7º da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando, ainda, o comunicado da empresa Novordisk Farmacêutica do Brasil Ltda, CNPJ 82.277.955/0001-50, detentora do registro do medicamento Novolin R (Insulina Humana 100 UI), apresentando o desvio de qualidade no transporte durante a importação do lote BS68088, resolve:

Art. 1º. Dar publicidade ao recolhimento voluntário do lote BS68088, realizado na forma da RDC nº 55/2005, do medicamento Novolin R (Insulina Humana 100 UI) apresentação Penfill, em virtude do mesmo apresentar desvio de qualidade no transporte durante a importação.

Art. 2º. Fica suspensa a distribuição, comércio e uso das unidades do produto citado no artigo 1º eventualmente encontradas no mercado.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

RESOLUÇÃO - RE Nº 4.256, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2013

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1 de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.355, de 27 de agosto de 2013, publicada no DOU de 28 de agosto de 2013.

considerando o artigo 7º da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando manifestação emitida pela área técnica por registros e notificações de cosméticos perante esta Agência, apresentando carências de regularização de produtos da empresa Natu Belly Indústria e Comércio Ltda., CNPJ 02.409.271/0001-20, resolve:

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, a suspensão da distribuição, comércio e uso, em todo o território nacional, de todos os lotes dos produtos "Softilê - Fluido para área dos olhos. Tensine e Raffemine", "Loção Hidratante - Cenoura com Filtro Solar", "Creme hidratante de beterraba com filtro solar", "Love Me! Gel Íntimo Lubrificante a Base D'água - Titti Frutti", "Softilê creme hidratante corporal multifuncional - Filtro solar, óleo de rosa mosqueta e aloe vera", "Softilê creme hidratante corporal com vitamina E, FPS e aaveia - Renovação celular" e "Plenew creme para 40 anos", por não apresentarem registros ou notificações válidos junto a ANVISA.

Art. 2º. Determinar o recolhimento do estoque existente no mercado relativamente aos produtos descritos no art. 1º.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

RESOLUÇÃO - RE Nº 4.258, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2013

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.355, de 27 de agosto de 2013, publicada no DOU de 28 de agosto de 2013.

considerando, os arts. 7º, 12, 50, 59 e 67, inciso I, todos da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando o art. 7º, XV, da Lei nº 9.782 de 26 de janeiro de 1999;

considerando o art. 15, parágrafo 3º do Decreto nº 8.077, de 14 de agosto de 2013;

considerando a constatação de que a empresa abaixo está comercializando irregularmente produtos sob vigilância sanitária sem o devido registro/cadastro nesta Agência, resolve: